

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.702 - MG (2019/0317977-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : **JEFFERSON SILVA CARLOS (PRESO)**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, interposto em desfavor de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o réu foi condenado pela prática do crime descrito no art. 157 (roubo), § 2º, II, do Código Penal, às penas de 06 anos de reclusão, em regime semiaberto, além do pagamento de 16 dias-multa, no valor unitário mínimo.

Irresignada a parte e interposto recurso, restou este desprovido por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 554):

*APELAÇÃO CRIMINAL -CRIME DE ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES - ABSOLVIÇÃO - INVIABILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - PENAS - MANUTENÇÃO - CUSTAS - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. 1. Comprovado que os réus, previamente ajustados, mediante grave ameaça e violência, subtraíram bens da vítima, necessária a manutenção da sua condenação pelo crime de roubo majorado pelo concurso de agentes. 2. As penas devem ser mantidas se fixadas com ponderação e dentro dos limites legais. 3.*

*Tendo em vista a declaração da inconstitucionalidade da Lei Estadual 14.939/03, pelo Órgão Especial deste Tribunal, e tendo o advogado requerido a gratuidade de justiça nas razões de apelação, deve ser suspensa a exigibilidade das custas processuais, nos termos das disposições trazidas pelo novo Código de Processo Civil.*

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega que o presente recurso pretende reduzir a pena-base imposta, haja vista a inidoneidade de fundamentação, porquanto se considerou a não restituição da coisa como circunstância judicial negativa, a título de consequência do delito.

# Superior Tribunal de Justiça

Aduz a ocorrência de violação ao art. 59, inciso II, do Código Penal.

Contrarrazões às fls. 580/583.

Admitido o recurso (fls. 585/589), os autos vieram a esta Corte.

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 601):

*Recurso especial. Roubo majorado. Dosimetria. Pena-base. Revisão. Súmula 7/STJ. Vetor “consequências do crime”. Valoração negativa decorrente de a res furtiva não ter sido recuperada. Prejuízo expressivo da vítima. Circunstância não inerente ao tipo penal.*

*Fundamentação idônea. Parecer pelo não conhecimento ou não provimento do recurso.*

É o relatório. Decido.

Merece provimento a pretensão recursal.

A parte recorrente requer, em suma, redução da pena-base afastando a valoração negativa referente às consequências do delito.

Quanto ao tema, o Tribunal de origem destacou (e-STJ, fl. 560):

*No tocante às penas, não vejo alteração a ser feita. Verifica-se que o Sentenciante fixou a pena-base, de cada acusado, em 04 anos e 06 meses de reclusão e 12 dias multa, especialmente diante das consequências negativas do crime, diante da não restituição das armas roubadas, uma delas banhada a ouro (f.11v).*

Com efeito, "esta Corte firmou compreensão no sentido de que, "a não restituição da res furtiva não pode justificar o aumento da pena-base a título de consequência do crime por se tratar de aspecto inerente ao próprio tipo penal de roubo." (HC nº 81.656/DF, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 23/06/2008). Portanto, essa circunstância judícia deve ser afastada do quantum da pena-base." (REsp 683.122/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 24/11/2009, DJe 03/05/2010)

Neste sentido:

**RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CULPABILIDADE E MOTIVOS. LUCRO FÁCIL. CIRCUNSTÂNCIAS. ELEMENTO INERENTE AO TIPO**

*PENAL. CONSEQUÊNCIAS DA INFRAÇÃO. NÃO DEVOLUÇÃO DO BEM. COMPORTAMENTO NEUTRO DA VÍTIMA. ANTECEDENTES. PROCESSO TRANSITADO EM JULGADO CUJA PUNIBILIDADE FOI EXTINTA PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. PROCESSOS EM ANDAMENTO. SÚMULA 444/STJ. EXASPERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.*

*(...)*

*4. A ausência de devolução da res furtiva e comportamento neutro da vítima não são motivos idôneos para fundamentar a exasperação da pena-base.*

*(...)*

*6. Recurso especial provido para reduzir a pena-base ao mínimo legal, redimensionando a pena do recorrente para 6 (seis) anos de reclusão e pagamento de 14 (quatorze) dias-multa, mantidos os demais termos do acórdão recorrido.*

*(REsp 1368671/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 04/08/2014)*

Passo ao refazimento da dosimetria da pena.

Fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 4 anos de reclusão e 10 dias-multa.

Na segunda fase, ausentes causas modificadoras, fica a pena intermediária fixada em 4 anos de reclusão e 10 dias-multa.

Na derradeira etapa, preservoo aumento em 1/3 pelo concurso de agentes, ficando a pena definitiva fixada em 5 anos e 4 meses de reclusão e 13 dias-multa, mantidas as demais peculiaridades já fixadas pela instância primeva.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator